

CÓDIGO DE CONDUTA

Prevenção e Combate à Prática de Assédio no Trabalho





Índice

Enquadramento	2
Definição de Assédio no Trabalho	2
Âmbito de Aplicação e Princípios Gerais	2
Artigo 1º Destinatários e Âmbito de Aplicação	2
Artigo 2º Princípios Gerais.....	3
Artigo 3º Comportamentos Ilícitos	3
Procedimentos	5
Artigo 4º Infrações	5
Artigo 5º Regime de Proteção ao Denunciante e Testemunhas	5
Artigo 6º Responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Fafe.....	6
Artigo 7º Formalização de Denúncias	6
Disposições Finais	6
Artigo 8º Vigência e Divulgação.....	6



Enquadramento

O presente Código de Conduta tem como intuito prevenir e combater a prática de assédio no trabalho e pretende, nos termos da Lei n.º 73/2017, de 16 de Agosto, servir de referência aos seus destinatários no sentido de garantir a salvaguarda da integridade moral dos trabalhadores e outros colaboradores, assegurando, designadamente, o direito a condições de trabalho que respeitem a dignidade individual de cada um/a.

A Santa Casa da Misericórdia de Fafe obriga-se a defender os valores da não discriminação e do combate ao assédio no trabalho.

Definição de Assédio no Trabalho

Considera-se assédio todo o comportamento indesejado, sob forma verbal, não-verbal ou física, praticado aquando do acesso ao emprego ou no próprio emprego, trabalho ou formação profissional, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger uma pessoa, de afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.

Âmbito de Aplicação e Princípios Gerais

Artigo 1º Destinatários e Âmbito de Aplicação

Este Código de Conduta destina-se a todos os colaboradores e trabalhadores (independentemente do vínculo contratual), utentes e quaisquer pessoas que participem ativamente nas atividades da Santa Casa da Misericórdia de Fafe (doravante referidos como destinatários).

Em particular, todos os trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Fafe devem sentir-se protegidos contra qualquer tipo de assédio praticado sob qualquer forma, incluindo por meios eletrónicos ou outro tipo de comunicação, que possa afetá-los no seu local de trabalho ou em qualquer local em que exerçam funções.



Artigo 2º Princípios Gerais

1. No exercício das suas atividades, funções e competências, os destinatários devem sempre atuar tendo em vista a prossecução dos interesses Santa Casa da Misericórdia de Fafe, no respeito pelos princípios da não discriminação e do combate ao assédio no trabalho.
2. Os destinatários não podem adotar comportamentos discriminatórios em relação a outros destinatários ou a terceiros, com base em quaisquer categorias suspeitas, designadamente a raça ou etnia, o sexo, a orientação sexual, a idade, incapacidade ou deficiência física ou psíquica, opinião política, ideologia, religião ou crença.

Artigo 3º Comportamentos Ilícitos

1. Estão expressamente vedados os seguintes comportamentos, em si mesmos suscetíveis de configurarem a prática de assédio moral:

- Desvalorizar e desqualificar, sistematicamente, o trabalho de colegas ou subordinados;
- Promover o isolamento social;
- Ridicularizar, de forma direta ou indireta, uma característica pessoal;
- Fazer ameaças de despedimento recorrentes;
- Estabelecer, objetivos impossíveis de atingir ou prazos impossíveis de cumprir;
- Atribuir funções estranhas ou desadequadas à respetiva categoria profissional;
- Não atribuir quaisquer funções profissionais, violando o direito à ocupação efetiva do posto de trabalho;
- Apropriar-se de ideias, propostas, projetos e trabalhos de colegas ou de subordinados, sem identificação do autor das mesmas;
- Desprezar, ignorar ou humilhar colegas ou trabalhadores/as, forçando o seu isolamento perante outros colegas e superiores hierárquicos;
- Sonegar informações necessárias ao desempenho das funções de outros colegas ou de subordinados ou relativas ao funcionamento da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, sendo, no entanto, o conteúdo dessas informações facultado aos demais;
- Divulgar rumores e comentários maliciosos ou críticas reiteradas;
- Dar instruções de trabalho confusas e imprecisas;
- Pedir trabalhos urgentes, sem que essa urgência seja necessária;



- Fazer críticas em público a colegas de trabalho, a subordinados ou a outros superiores hierárquicos;
- Insinuar que o/a trabalhador/a ou colega de trabalho tem problemas mentais ou familiares;
- Fazer brincadeiras frequentes com conteúdo ofensivo referentes ao sexo, raça, opção sexual ou religiosa, deficiências físicas, problemas de saúde etc., de outros colegas ou subordinados;
- Transferir o/a trabalhador/a de sector ou de local de trabalho com a clara intenção de promover o seu isolamento;
- Falar constantemente aos gritos ou de forma intimidatória;
- Marcar o número de vezes e contar o tempo que o/a trabalhador/a demora na casa de banho;
- Criar situações objetivas de *stress* que provoquem no destinatário da conduta o seu descontrolo, designadamente alterações ou transferências sistemáticas de local de trabalho.

2. Estão expressamente vedados os seguintes comportamentos, em si mesmos suscetíveis de configurarem a prática de assédio sexual:

- Repetir observações sugestivas, piadas ou comentários sobre a aparência ou condição sexual;
- Enviar reiteradamente desenhos animados, desenhos, fotografias ou imagens indesejados e de teor sexual;
- Realizar telefonemas, enviar cartas, sms ou *e-mails* indesejados, de carácter sexual;
- Promover o contacto físico intencional e não solicitado excessivo ou provocar abordagens físicas desnecessárias;
- Enviar convites persistentes para participação em programas sociais ou lúdicos, quando a pessoa visada deixou claro que o convite é indesejado;
- Apresentar convites e pedidos de favores sexuais associados a promessa de obtenção de emprego ou melhoria das condições de trabalho, estabilidade no emprego ou na carreira profissional, podendo esta relação ser expressa, direta ou meramente insinuada.



Procedimentos

Artigo 4º Infrações

1. Sempre que a Santa Casa da Misericórdia de Fafe tome conhecimento da violação das disposições constantes do presente Código de Conduta, e no caso de o/a infrator/a ser trabalhador sujeito ao seu poder disciplinar da Instituição, será instaurado um Inquérito ou processo disciplinar, a iniciar-se nos 60 dias subsequentes àquele em que o empregador ou o superior hierárquico com competência disciplinar tomem conhecimento da infração, nos termos do nº 2 do artigo 329.º do Código do Trabalho.
2. A instauração de procedimento disciplinar não prejudica a responsabilidade civil, contraordenacional ou criminal a que haja lugar relativamente a quaisquer destinatários do presente Código de Conduta que cometam infrações que àquelas correspondam.
3. Os destinatários do presente Código de Conduta têm o dever de denunciar quaisquer práticas irregulares de que tenham conhecimento, prestando a devida colaboração em eventuais processos disciplinares ou de investigação contraordenacional ou criminal pelas entidades competentes.

Artigo 5º Regime de Proteção ao Denunciante e Testemunhas

1. Será garantido um regime específico de proteção para o/a denunciante e as testemunhas em procedimentos relacionados com situações de assédio.
2. Salvo quando atuem com dolo, é garantida proteção especial aos denunciantes e testemunhas em processos judiciais ou contraordenacionais desencadeados por assédio, não podendo os mesmos ser sancionados disciplinarmente até trânsito em julgado da respetiva decisão.
3. Nos termos do Código do Trabalho, presume-se abusivo o despedimento ou outra sanção aplicada para punir uma infração, se esta tiver lugar até um ano após a denúncia ou após outra forma de reivindicação ou exercício de direitos relativos a igualdade, não discriminação e assédio.
4. Os destinatários do presente Código de Conduta que denunciem infrações, mesmo de que tenham tido conhecimento no exercício das suas funções ou por causa delas não



podem, sob qualquer forma, ser prejudicados, sendo-lhes assegurado o anonimato até à dedução de acusação.

Artigo 6º Responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Fafe

1. A Santa Casa da Misericórdia de Fafe é responsável pela reparação dos danos emergentes de doenças profissionais resultantes da prática de assédio, cujos termos serão fixados pelo Governo em regulamentação própria.
2. A prática de assédio pelo empregador ou por algum representante do mesmo, denunciada à Autoridade para as Condições no Trabalho, figurará entre os exemplos de justa causa de resolução do contrato de trabalho por parte do trabalhador.
3. Quando esteja em causa a prática de assédio, fica vedada a dispensa da sanção acessória de publicidade da decisão condenatória.

Artigo 7º Formalização de Denúncias

Nos termos de regulamentação própria, serão disponibilizados e divulgados pela Autoridade para as Condições do Trabalho os endereços eletrónicos próprios para receção de denúncias de assédio em contexto laboral.

Disposições Finais

Artigo 8º Vigência e Divulgação

1. O presente Código de Conduta entra em vigor imediatamente após a sua aprovação pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Fafe e respetiva divulgação a todos os demais destinatários.
2. O presente Código de Conduta será ainda disponibilizado no sítio de internet da Santa Casa da Misericórdia de Fafe.